



# Anais da Assembleia

N.º 58

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 31 DE MAIO DE 1976.

ANO II

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 de MAIO DE 1976.

#### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Leopoldo Jacomel e Fabiano Braga Côrtes.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ernesto Dal'Oglio. (54)

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) - Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### EXPEDIENTE.

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 64/76, 55/76 e 54/76 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

135/75 — Do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, terreno de sua propriedade, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.780.- **Agradeça-se.**

146/75 — do Senhor Deputado Wilson Fortes, declarando de Utilidade Pública a Associação Educacional Vigilantes Mirins de Paranavai, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.778.- **Agradeça-se.**

36/75 — Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de Utilidade Pública a Associação da Escola Internacional de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.777.- **Agradeça-se.**

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 67/76, 68/76, 69/76 e 70/76, do Senhor

Governador do Estado, comunicando haver VETADO os Projetos de Lei n.ºs:

72/75 — Do Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a Estrada de Rodagem que liga o Município de Capitão Leônidas Marques à Cidade de Cascavel. — **À C.C.J.** —

104/75 — Do Senhor Deputado Accioly Neto, o qual dispõe sobre a Produtividade dos Despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito - DETRAN - do Paraná e dá outras providências. — **À C.C.J.** —

290/73 — Do Senhor Deputado Maaurício Fruet, o qual estadualiza a Estrada que liga Cerro Azul à Sangés, via Vila de Varzeão. — **À C.C.J.** —

62/75 — Do Senhor Deputado Muggiati Filho, que dispõe sobre o número de Vereadores as Câmaras Municipais e de outras providências. — **À C.C.J.** —

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Associação de Câmaras Municipais do Paraná - ACAMPAR, pela instalação, no último dia 21 de abril, de sua filiada, Associação de Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná.

Requer, outrossim, remessa de cópia do presente aos Presidentes Geraldo Cartário, da Associação de Câmaras Municipais do Paraná e Luiz Aldori Fernandes da Associação de Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) LINEU TURRA.

#### JUSTIFICATIVA:

1 - Indiscutivelmente são nas Câmaras Municipais que se formam as nossas lideranças;

2 - Ao reunirem-se Vereadores, em Associações, tais lideranças são identificadas com amplos benefícios para a democracia.

Endereços: ACAMPAR — Associação de Câmaras Municipais do Paraná: Praça Osório, 45 - 1.º andar - conjunto 107 - Caixa Postal, 6385 - Curitiba-Pr.;

Associação de Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná: Câmara Municipal de Vereadores de Francisco Beltrão.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Ozires Stenghel Guimarães, no sentido de mandar asfaltar, ou mesmo efetuar pelo processo de recapagem asfáltica em anti-pó, nas principais ruas do Hospital Colônia São Roque, no município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) LEOPOLDO JACOMEL.

**JUSTIFICATIVA:** Em ruas de acidentes no terreno como:

Poeira, lama, pedras, etc., são fatores negativos na cicatrização de lesões ulceradas em pacientes portadores de "hanseníase", ocasionando com frequência exacerbação de lesões praticamente curadas.

Tecnicamente, é preconizado o asfaltamento de ruas em hospitais e Colônias para Hansenianos, visando a profilaxia dessas ocorrências. Como no Hospital Colônia São Roque as ruas, devido a vários acidentes de terreno e do pedregulho que serve de revestimento às mesmas, vêm ocasionando problemas na cicatrização perfurante (ulceração na planta dos pés dos internos), bem como, dificulta o deslocamento de cadeiras de roda, e outros recursos de transportes dos doentes mutilados.

Pelas razões acima pede-se e espera-se o apoio e aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Superintendente da Fundepar, Dr. Guilherme Braga Sobrinho, solicitando que sejam construídas salas de aula nas seguintes localidades do município de Céu Azul, conforme segue discriminação:

2 (duas) salas para o Grupo Escolar na sede do município (ampliação); 6 (seis) salas no distrito de Vera Cruz do Oeste (ampliação); 2 (duas) salas de aula para a localidade de Linha União; 2 (duas) salas para a localidade de São Sebastião; 2 (duas) salas para a localidade de Santa Cecília; 1 (uma) sala para a localidade de São Francisco; 1 (uma) sala para a localidade de Fazenda Liotto; 1 (uma) sala para a localidade de Fazenda Santa Ignês; 1 (uma) sala para a localidade de Fazenda Bernardi e 2 (duas) salas de aula para a localidade de Santa Lúcia.

#### JUSTIFICATIVA:

Em decorrência do crescimento demográfico das localidades citadas, aumentou o número de crianças em idade escolar, tornando-se necessária essas providências para dar o devido atendimento no Setor Educacional que é de grande importância para a coletividade.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) EGON PUDELL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de fundação do jornal "VICENTI NEL MONDO".

Editado com o objetivo de informar, principalmente, as atividades dos imigrantes italianos da região de Vicenza em todas as partes do mundo, o jornal tem inúmeros assinantes em nosso Estado, constituindo-se, também, como um elo de estreitamento das relações italo-brasileira.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Exmos. srs. Embaixador da Itália, em Brasília, Consul Geral da Itália, em Curitiba; e ao Sr. Lorenzo Pellizzari, diretor do Jornal "Vicentini Nel Mondo" cumprimentando-os pela significativa data.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) MAURÍCIO FRUET

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A cidade de Iguaçu, sede de importante município produtor da região, assim como a sede do seu distrito de Ângulo, foram excluídas do Plano Rodoviário Estadual, do Departamento de Estradas de Rodagem, no que tange a sua ligação asfáltica com a cidade de Astorga, a mais próxima e que as colocaria em condições de permanente ligação com as nossas principais rodovias.

O referido plano, adotado pelo Senhor Secretário dos Transportes, inclui, no entanto, a construção de uma ligação rodoviária entre Iguaçu e Santo Inácio, a qual, por sua vez, obviamente, também irá permanecer sem ligação com a rede asfáltica.

Esse lapso representa graves transtornos, principalmente em épocas de chuvas, não só para as populações ali sediadas, porém a todos quantos demandam a região que se torna quase intransitável, acarretando-lhe com isso sérios prejuízos.

O Deputado subscritor do presente, em razão do exposto, pede que, ouvido o Plenário, seja formulado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes no sentido de que Iguaçu e Ângulo sejam incluídas no Plano Rodoviário Estadual com as dotações necessárias ao asfaltamento da estrada que as liga a Astorga, dando-se ciência deste requerimento, uma vez aprovado, ao Senhor Governador do Estado, aos Senhores Prefeitos Municipais e Câmaras de Vereadores dos municípios de Iguaçu, Astorga, Munhoz de Mello, Santa Fé, Flórida, Lobato, Colorado e Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) MUGGIATI FILHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Exmo. Sr. Superintendente da Fundepar, Dr. Guilherme Braga Sobrinho, solicitando a construção de uma Cancha de Esportes para a sede do distrito de Vera Cruz do Oeste no município de Céu Azul.

Tal medida virá de encontro ao conagraçamento comunitário e das necessidades esportivas e sociais daquela localidade.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) EGON PUDELL.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 64/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "CASA MATER" — Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976.

(a) LÁZARO DUMONT.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública se encontra revestida de todos os requisitos legais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Os benefícios que a mesma vem prestando à comunidade de Curitiba, dentro das normas e finalidades estatutárias, já tendo sido reconhecida pelo Poder Municipal como de utilidade pública. Seu estatuto encontra-se registrado sob o n.º 882 do Livro "A" de Pessoas Jurídicas, em data de 11 de junho

de 1973, anexo ao presente. A cópia dos seus Estatutos e a documentação que encaminhamos com o presente, justificam plenamente o reconhecimento público estadual que ora propomos, e que temos certeza contará com o apoio dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa assinala com prazer a presença, em nosso plenário, do Prefeito de Congoinhas, Sr. Joaquim da Silva.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-nos hoje a esta tribuna um fato de vital importância mas queremos assim mesmo, conhecendo o dinamismo da Comissão Executiva desta Assembléia e o seu amor e o seu carinho pelos funcionários da Casa, queremos, em forma de apelo, solicitar à Douta Comissão Executiva, aos responsáveis que estão, sabemos, questionando, estão procurando melhorar a situação angustiante do funcionalismo desta Assembléia, mas como vemos apreensivos os elementos que compõem esta Casa, então queremos, neste instante, fazer este apelo, reforçar o pedido feito por nós desta tribuna, sobre o problema angustante dos funcionários, que, diuturnamente trabalham pelo funcionamento desta augusta Casa. Estes funcionários, que ganhavam relativamente bem em 1970, hoje, em virtude da inflação galopante de nosso País, de nosso Estado, se não fora o extra estariam ganhando uma quantia irrisória, como é do conhecimento dos Srs. Deputados e da Douta Comissão Executiva. Então, queremos apelar para a Comissão Executiva, que dentro do complexo normativo que rege esta Casa, apreciasse e desse um lenitivo conforme sabemos que está procurando, que está ocorrendo para breve a reestruturação dos funcionários desta Assembléia.

Queremos hipotecar a nossa solidariedade à Comissão Executiva e queremos, ao mesmo tempo, fazer um apelo para que estes funcionários tenham justiça, como é de justiça o plano desta Comissão.

E, neste instante, queremos dizer aos Srs. Deputados e à Comissão Executiva, que deste 1970 não há reestruturação nesta Casa. A última reestruturação foi nessa época. Os funcionários vivem do seu ordenado minguado e, muitos deles, só sobrevivem, e continuam trabalhando, dando de si para esta Casa, para o bom funcionamento desta Casa, por receberem seus extras. Se amanhã ou depois estes extras forem cortados e a reestruturação não for procedida com urgência, então, estes funcionários estão fadados a verem suas famílias passarem, muitas vezes, necessidades.

É por isso que, sem falsa demagogia, faço um apelo para que a Comissão Executiva, para que os responsáveis por esta reestruturação apressem este benefício merecido aos funcionários que, de fato, trabalham pelo bem estar e pelo funcionamento de nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente e muito obrigado Srs. Deputados.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, segundo orador inscrito.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Porque tem a Casa instaurada e já em funcionamento uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar de assunto relacionado com gastos governamentais, relativos à promoção em todos os seus aspectos, é que pretendo em respeito ao trabalho desta Comissão que agora se inicia, não adiantar, não comentar, não externar nenhum posicionamento já de início; mas, apenas e, tão só, Srs. Deputados, nesta passagem pela

tribuna, trazer ao conhecimento da Casa, requerimento de informações que pretendo acolhido pelos eminentes Deputados, se transforme em instrumento capaz de fazer com que o Poder Legislativo e, de resto, o povo do Paraná, possa saber e conhecer o que se passa nos meandros do Poder Executivo deste Estado.

Porque entendo, Srs. Deputados, que estamos a viver uma época que bem poderia ser e que bem se pretenda seja de moralidade e de austeridade, onde, a par de tudo e, acima de tudo, se respeite a idéia, o pensamento, e o posicionamento do ser humano. Onde se possa até mesmo nas pugnas eleitorais se estabelecer o confronto com lealdade e com dignidade, espungindo desse relacionamento e dessas disputas, tudo aquilo que não possa conferir à vida pública, uma auréola de decência e de dignidade.

Mas, dizia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não quero adiantar juízo nem opinião, a respeito do assunto em respeito ao trabalho que se inicia na Comissão Parlamentar de Inquérito.

Assim, passo, à leitura do requerimento a que me referi. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Governo do Estado não é propriedade de partido político. Menos ainda pode se converter em instrumento eleitoral. Os homens que nele exercem funções hão de ter o respeito pela coisa pública. A receita de que dispõe não permite ser deslocada em recursos para atender agremiações ou grupos políticos ou eleitorais.

Caso assim não fosse se tornaria o Estado a confabulação de favoritos, o prostíbulo onde seus fins seriam mercadejados para saciar os apetites vorazes e sempre insaciáveis que aviltam um povo e degradam uma nação.

É vóz corrente que o Estado do Paraná, através do Poder Executivo, teria encomendado pesquisa de opinião pública a fim de conhecer a posição e tendência do eleitor do Paraná face a eleição do próximo dia 15 de novembro, auscultando-lhe ainda outras aspirações afins.

O Semanário “A Voz do Paraná”, na sua edição “30 de maio a 5 de junho”, de n.º 992, em sua coluna “política”, comenta posicionamentos eleitorais, fornecendo, inclusive, percentuais. Enfeixa, na verdade, denúncia de que o Poder Executivo contratou com o Instituto Gallup - especializado em pesquisas de opinião pública - pesquisa sobre o assunto em tela, ao textualmente afirmar: “Agora, segundo pesquisa encomendada pelo Governo do Estado do prestigioso Instituto Gallup...” E, mas adiante, é o comentário taxativo: “Manuseado por poucos privilegiados, dentre os quais o presidente do Diretório Regional da ARENA...”.

O fato - há de ser verdadeiro - é estarrecedor, pois substancia o emprego de recursos públicos em favor de “privilegiados” e de partido político.

Diante do exposto, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento na Constituição Estadual, requer ouvido o Plenário, do Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, as seguintes informações:

- 1.- O Poder Executivo, por si ou através de suas empresas públicas, companhias de economia mista, fundações, autarquias, ou qualquer de seus órgãos, contratou pesquisa de opinião pública com qualquer empresa a partir da posse do atual Governador?
- 2.- Em caso positivo, relacionar as pesquisas encomendadas, com os fundamentos que as recomendaram, e os seus respectivos custos.

3.- Contratou o Poder Executivo pesquisa de opinião pública com o Instituto Gallup ou qualquer outra empresa para no todo ou em parte, conhecer a posição e a tendência da população ou do eleitorado paranaense diante das eleições de 15 de novembro do corrente ano?

- a) Quais as razões que motivaram o Poder Executivo a efetuar tal encomenda?
- b) Qual o custo total do contrato?
- c) Que órgão ou setor governamental pagou o custo do serviço?
- d) A quem foi distribuído e quem conhece os resultados?
- e) Remessa do contrato - inteiro teor - ou documento semelhante celebrado com a empresa realizadora da pesquisa.
- f) Remessa a este Poder Legislativo dos resultados da pesquisa, com todas as peças que compõe o documento que dela resultou.

Outrossim, requer mais, que se dê comunicação, de imediato, à Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada nesta Casa para conhecer da aplicação de recursos do Poder Executivo em gastos com publicidade e afins, assim como se comunique, por inteiro teor deste documento, o Instituto Gallup, da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1976."

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. (Pausa).

Encontrando-se ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na última sexta-feira, no pequeno auditório desta Assembléia Legislativa, deu-se o encerramento da Convenção Municipal do MDB de Curitiba.

Presentes os Senadores da República, Saturnino Braga, Paulo Brossard e Leite Chaves, oportunidade em que, falando em nome dos candidatos a Vereadores de Curitiba, em número de 63, usou da palavra a Professora Neide de Azevedo Lima, cujos pensamentos, numa homenagem que quero prestar à mulher curitibana, desejo efetuar a leitura para que conste dos Anais da Casa.

Professora que tem, entre seus pensamentos, alguns como: "Aos que como eu se preocupam com a mocidade, a juventude e o futuro da Nação Brasileira, eu ofereço o meu trabalho, e o dever de servir à comunidade, ao meu Estado e ao meu País."

"Um dever de consciência impõe minha candidatura.

Como mãe de família e como Professora, venho pregando a participação da juventude nos problemas da Nação.

Não posso aceitar a alienação e o comodismo, frutos do condicionamento e da cupidez. É uma bandeira de retrocesso que nada resolve e nada garante.

Tenho que ser coerente com o que falo aos meus filhos e aos meus alunos".

A Professora Neide, candidata a Vereadora de Curitiba, é pós-graduada em Educação (Área de Psicologia Educacional, em nível de mestrado).

20 anos de exercício do Magistério Primário.

Professora de Ensino Médio e Superior no Estado do Paraná.

Ex-Diretora do Departamento de Ensino de 2.º grau da Secretaria da Educação e da Cultura.

Ex-Diretora do Instituto de Educação de Jacarezinho. Assessora da Diretoria da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Autora de "Primeiro Ensaio Psicológico" (1967).

Diversos artigos publicados em jornais e revistas do País.

Atuação comunitária através de palestras, conferências e cursos ministrados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi o seguinte o discurso pronunciado pela Professora Neide de Azevedo Lima, no encerramento da Convenção do MDB de Curitiba, em que seu nome foi homologado como candidata a Vereadora.

"No momento histórico e decisivo que atravessa a Nação, quando a luta pela volta da Democracia Brasileira atinge seu ponto culminante, quando uma infeliz "força de expressão calculada", dividiu o País em duas facções, e fomos congominados de inimigos, pelo Chefe da Nação, homens de boa vontade, de coragem, de despreendimento e fé nos destinos do Brasil, apresentando-se, senhores emedebistas, para, em nome das mais diversas classes que representam o povo dizer:

Presente ... Movimento Democrático Brasileiro ...

Nós estamos conscientes da gravidade da situação e nos apresentamos para defender a bandeira do MDB, ao lado dos senhores que tão garrida e brilhantemente, vêm defendendo e reivindicando os legítimos direitos da maioria do povo brasileiro.

Neste momento, de incertezas e indefinições, todos nós estamos correndo riscos.

Mas tenhamos, pelo menos, a coragem de correr riscos inteligentes.

Marginalizados pelo governo, sim.

Mas ao lado do nosso Povo ...

Num País belo, majestoso, e imponente, onde milhões de crianças, menores abandonados, infratores e pré-delinquentes, locupletam casas correccionais, que são verdadeiros celeiros de criminosos, ou perambulam pelas ruas das cidades morrendo à mingua, não fazemos mais do que cumprir com o nosso dever, permanecendo ao lado dessa gente, que também é povo, mesmo com o risco da própria vida.

O Emedebe é a garantia do renascimento da democracia.

E o que o fez manter-se vivo e atuante, crescendo esmagadoramente em todo o País, é a chama viva da conscientização democrática.

A conscientização da luta pelos direitos e deveres de cada um.

Nós temos um dever a cumprir, mesmo que isso custe a nossa liberdade ...

É reivindicar e garantir a liberdade de cada um ...

Reivindicar e garantir a liberdade de cada um, garantindo a tranquilidade de todos ...

Garantir a nossa civilização pela honra e segurança da Unidade Nacional.

Nenhuma força de expressão dividirá o nosso País em amigos ou inimigos, mas somará em 15 de Novembro. Somos pacifistas por princípio por ideologia e por natureza.

Mas a vida também nos ensinou a lutar para sobreviver.

Vamos combater o condicionamento do povo brasileiro, arma perigosíssima que vem sendo usado contra o povo, com o dinheiro do povo. Contra o comodismo e a alienação que querem impor à população. Porque isto poderá propiciar o aparecimento de gerações gelatinosas e covardes, que se derreterão ao sabor de ferrolhos. Leis de exceção que impedem o MDB de mostrar ao povo de dentro e de fora a realidade brasileira, mas que facilitam, o avanço para o bloqueio de nossa liberdade, nosso direito de escolha.

Leis que nos obrigam a engolir prefeitos, como se estivéssemos engolindo sapo.

Leis e Decretos que ficam atravessados na garganta, usando também, ou, de "força de expressão".

Leis e Decretos que ficam atravessados na garganta, como nós professores temos o famigerado Decreto 1495, que transformou em párias do governo o Magistério Paranaense,

Leis e Decretos que ficam atravessados na garganta, como os estudantes têm o 477, que visa transformá-los em massa informe, bolorenta e senil.

Leis como o A.I. 5, que como espada de Damocles, fica a pesar sobre a cabeça de todos, não se sabendo, quando, como, e onde rolará.

Leis que banem da vida pública homens, da envergadura moral, de um Leo de Almeida Neves, no Paraná, e centenas de outros por todo o Brasil.

Leis que ficam atravessadas na garganta, como garrotes, porque é importante que o povo continue desinformado dos problemas nacionais e municipais.

É importante para eles explorarem a propaganda subliminar para o condicionamento deturpado do povo, ou ao bel prazer dos interessados deles.

É importante conhecer as informações sobre os Estados Unidos, muito importantes, a situação da nossa co-irmã, Argentina, dos Árabes, de Israel, do Líbano, e que em contrapartida, vejamos o quanto é bonito e bom, dar pipocas para os macacos, nos jardins zoológicos.

Mas esqueceram-se eles, que mais forte e mais violenta que a desinformação e a propaganda, são os aís de estômagos vazios.

São os desesperos de pais que não podem mais pagar os estudos de seus filhos.

Das mãos que não podem mais colocar feijão com arroz na mesa, quando sabem que pela manhã, suas crianças já saíram sem café.

Esqueceram-se do trabalhador que vê seus parcos salários esvaírem-se como os seus bolsos estivessem furados, porque não sabem o que significa a alta do dólar, o desconhecem a baixa de cruzeiro.

Do próprio estudante que não pode estudar, por falta de escola para todos, e quando o encontra, o que ganha não dá para pagar seus estudos, porque é espoliado.

Do operário que constrói casas e que não tem onde morar.

Nós estamos agora companheiros no momento da Consolidação das posições adquiridas em 74, no cenário nacional, porque serão os resultados das eleições municipais, que irão mostrar ao Chefe da Nação, o caminho certo para a abertura que o povo quer.

É bem verdade, que nossos oponentes, já estão no extorção da agonia, porque gastaram muito cedo, seu maior cartucho, gastaram muito chumbo para pouca caça, mas delinearam para nós os rumos que a política vai seguir.

Definiram a importância das eleições municipais, para confirmar o que as urnas disseram em 1974.

E isto acontecerá, porque estamos lutando pela salvaguarda dos direitos humanos, pela mais legítima aspiração do povo, que é a verdadeira democracia.

Lutando agora, para que sejamos todos irmãos. Para

aniquilar o comodismo e a alienação que corrompe e destrói. características dos participantes da situação atual.

Lutando contra a corrupção que impera nos órgãos públicos.

E para isto, caros companheiros, nós temos uma arma real e legal, e vamos usá-la.

É o nosso voto em 15 de novembro. É a única que nos dará a cobertura para que possamos atingir nosso objetivo.

Uma Democracia na totalidade ...

Uma Democracia, onde irmãos não sejam considerados inimigos, porque terão o direito de divergir da idéia.

Uma Democracia onde só não haja lugar para comodismos, robots alienados, covardes, subservientes e incompetentes, como muitos dos que hoje grassam nos meios governamentais.

Nós queremos um sistema representativo, que efetivamente represente o povo no governo.

"Se o povo não está no governo, e o governo, não é a encarnação do Povo", temos a oportunidade de demonstrar a nossa insatisfação pelo sufrágio que ainda nos resta.

Nós queremos uma democracia onde os estudantes possam ser treinados politicamente, porque a eles compete dirigir o futuro da Nação.

Uma democracia para um povo, que não é coisa, é gente. e que tem sensibilidade bastante para saber, que a opressão não subsiste senão graças a união torpe da ignorância com a estupidéz.

Democracia para um povo que tem a sensibilidade de sentir, que a opressão não tolera o merecimento e a superioridade. não suporta a competência e o saber.

Um povo que vem engrossando cada vez mais nossas fileiras, que sairá de casa em casa, bairro em bairro. porta em porta, dizendo não ao comodismo, não às transigências absurdas, porque nosso País não é feito de robots.

Nós temos seres pensantes, atuantes, que esperam por oportunidade de treinar-se politicamente para assumir com responsabilidade e consciência, o futuro Democrático do Brasil ...

Nós somos, pela anulação e aniquilamento total do comodismo existente na situação.

Pela anulação das leis de exceção de todos os moldes ...

Leis que foram e estão sendo criadas por espíritos medievais, "eminências pardas", que sempre se aninham nos governos. calcando leis, direitos, sob a inconsciência das suas ambições. para garantir a sua própria subsistência à custa do sacrifício do povo.

Tentei representar assim, o pensamento dos meus companheiros de jornada, rumo à Câmara Municipal, consciente de que o MDB é luta, é trabalho, é protesto, é reivindicação.

Com a alma plena de liberdade, e com o coração cheio de amor, conclamo a todos, para virem para as nossas fileiras. porque nossa luta, é de idéias, porque nós somos povo, nós somos amigos, somos todos irmãos ..."

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram as palavras que a professora Neide de Azevedo Lima, uma das candidatas à vereança pelo Movimento Democrático Brasileiro, no município de Curitiba, que julguei oportuno transcrever, pra sentir e ficar registrado o engajamento da mulher curitibana na vida pública deste País, coisa que falta há muito, porque realmente, hoje, o Brasil necessita da luta da mulher brasileira. E esta professora, com larga experiência e magistral participação na vida comunitária, dá exemplo da participação da mulher na vida pública.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 43/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 15/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Conselheiro Mairink, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar da sede do referido Município. Parecer **favorável da CCJ., por unanimidade.** — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 45/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 24/76, que aprova Convênio celebradi pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração, com o município de Itapejara do Oeste, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Nereu Ramos, Delegacia e Cadeia, e a Unidade Sanitária, na sede do referido Município. Parecer **favorável da CCJ., por unanimidade** **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 102/75, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antônio da Platina e finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação. Pareceres **CONTRÁRIOS** da CCJ e CPI, por unanimidade e **favorável da C.F., por unanimidade.** — **Rejeitado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 102/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antônio da Platina, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação.

Parágrafo único — O orçamento Geral do Estado consignará, anualmente, dotação destinada a integrar a receita da Fundação criada por este artigo.

Art. 2.º - A Fundação submeterá ao Governo do Estado o regulamento dispondo sobre o patrimônio, a receita, a administração e os currículos dos respectivos cursos.

Art. 3.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1975.

(a) GABRIEL MANOEL.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 102/75

O presente Projeto de Lei 102/75, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa autorizar o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antônio da Platina, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação.

O Projeto está acompanhado de justificativa fundamentada e expositiva das vantagens da instituição da Fundação Educacional na sede daquele município.

Embora tenhamos a consciência das vantagens dessa instituição, o § 1.º, do Art. 25, da Constituição Estadual,

estabelece que a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública, são de competência exclusiva do Senhor Governador do Estado.

Tal iniciativa, porém, poderia ser convertida em sugestão.

Isto exposto, o nosso parecer é contrário ao Projeto de Lei 102/75, por julgá-lo inconstitucional, opinando-se pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1975.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Nilso Sguarezi, Relator.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Projeto de Lei n.º 102/75.

#### PARECER:

Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antônio da Platina, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação.

É matéria de grande importância para o ensino da cidade e também da região, vindo garantir o êxito da reforma do Ensino e a formação de professores de 1.º e 2.º graus.

Tratando-se de matéria meramente autorizatória não encontramos nenhum impedimento de ordem financeira.

Sala das Comissões, em 31 de março de 1976.

(aa) Quilse Crisóstomo, Presidente; Aragão de Mattos Leão, Relator.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 102/75.

1.- O projeto de lei em exame objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir uma Fundação Educacional, com sede no município de Santo Antônio da Platina e finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação.

2.- A douta Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, opinou pela rejeição do projeto por julgá-lo **inconstitucional** face o que dispõe o § 1.º, do art. 25, da Constituição Estadual.

3.- Nessas condições o projeto de lei em exame, a rigor, não deveria sequer ser submetido a esta Comissão de Instrução Pública, a qual apreciaria o mérito da proposição se esta, evidentemente, não estivesse fulminada pelo vício da inconstitucionalidade.

Não há sobre o que devamos nos pronunciar.  
Pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1975.

(aa) Rosário Pitelli, Presidente; Edilson Alencar, Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 183/75, de autoria do Deputado Osvaldo Macedo, que declara de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Universidade Estadual de Londrina, Parecer **favorável da CCJ., por unanimidade.** — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 183/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Diretório Central dos Estudantes, da F. U. Estadual de Londrina.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA:

O Diretório Central dos Estudantes, da Fundação Estadual de Londrina, presta relevantes serviços à comunidade estudantil daquela cidade.

É uma entidade que não visa lucro, não distribui dividendos ou qualquer espécie de vantagens financeiras aos seus associados ou diretores.

Nestas condições preenche plenamente todos os requisitos necessários à sua declaração de utilidade pública.

Dai o projeto de lei que oferecemos à elevada consideração de nossos nobres Pares.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 183/74.

De autoria do nobre Deputado Osvaldo Macedo, objetiva o presente projeto de lei declarar de utilidade pública o DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

Indubitavelmente, a entidade acima presta inestimáveis serviços à comunidade estudantil de Londrina. Como a sua própria justificativa afirma, não visa lucros e os membros da sua Diretoria não percebem qualquer remuneração, preenchendo assim todos os requisitos indispensáveis à sua declaração de utilidade pública.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ezequias Losso, Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 20/76, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que declara de utilidade pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, A.O.M.I. com sede na cidade de Tomazina. Parecer favorável da C.C.J. por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 20/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA, APMI, de Tomazina, com sede na cidade de Tomazina, neste Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1976.

(a) GABRIEL MANOEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente plano de lei à apreciação dos Nobres Pares, o fazemos conscientes de receber a acolhida afirmativa, visto as razões abaixo discriminadas.

A APMI de Tomazina completa este ano vinte e oito anos de ininterrupta atividade de prôl da infância desamparada, dando também, assistência pré e pos natal às mães carentes de recursos, completando o ciclo de suas finalidades.

Esta mesma APMI, já declarada de utilidade pública pelo Legislativo Municipal daquela Comarca, por Lei Municipal que tomou o n.º 29/74, está devidamente registrada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, sob o n.º 675, e, preenche todos os requisitos exigidos por lei, que regulamenta a matéria.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 20/76.

O Projeto de Lei 20/76, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, visa declarar de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tomazina, com sede naquela cidade.

Da análise do processo temos que os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual, reguladora do instituto da declaração de utilidade pública, estão preenchidos.

Quanto ao mérito, também, segundo a justificativa apresentada, nos convence da sua oportunidade.

Isto exposto, nos manifestamos favorável ao Projeto de Lei n.º 20/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 21/76, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - A.M.O.P., com sede no município de Cascavel. Parecer favorável da CCJ. por unanimidade. - Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 21/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, com sede no município de Cascavel;

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1976.

(a) EGON PUDELL.

#### JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública se enquadra, dentro das exigências previstas pela Legislação Federal e Estadual reguladoras do instituto de declaração de utilidade pública.

Ademais, temos que a referida Associação vem prestando inestimáveis serviços à coletividade paranaense, dentro das suas finalidades estatutárias, sendo a principal a de promover a integração dos Municípios do Oeste Paranaense, motivo pelo qual apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos certeza contará com o apoio e aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 21/76

1.- O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Egon Pudell, visa declarar de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ, com sede na cidade de Cascavel.

2.- Examinando a documentação que acompanha o projeto de Lei, pudemos constatar que o mesmo tem plenas condições de ser apreciado por esta Casa de Leis, senão vejamos:

- a) está registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas, competente;
- b) vem funcionando regularmente há mais de 1 ano;
- c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

3.- Assim sendo, somos pela sua aprovação.



Sala das Comissões, em 13 de abril de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de fundação do jornal “Vicentini Nel Mondo”. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação de Câmaras Municipais do Paraná - ACAMPAR, pela instalação, no último dia 21 de abril, de sua filiada, do Sudoeste do Paraná. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que Iguaçu e Ângulo sejam incluídas no Plano Rodoviário Estadual com as dotações necessárias ao asfaltamento da estrada que as liga a Astorga. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento, ou mesmo efetuar pelo processo de recapagem asfáltica em antipó, nas ruas do Hospital Colônia São Roque, no município de Piraquara. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que sejam construídas salas de aula em diversas localidades do município de Céu Azul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja construído uma cancha de esportes na sede do distrito de Vera Cruz do Oeste, no município de Céu Azul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado Pedido de Informações ao Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, sobre a contratação do Instituto Gallup, especializado em pesquisa de opinião pública. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 2 de junho, à hora regimental, com a seguinte ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/76.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 183/75, 20/76 e 21/76.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 201/75, 79/76, 98/76, e de Lei n.º 45/76.

Levanta-se a sessão.

## PORTARIA N.º 284/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

### RESOLVE:

- I- revogar a Portaria 44/75, de 26 de fevereiro de 1975, na parte que se refere a funcionária CENIRA DOS SANTOS FREITAS, matrícula n.º 194, ocupante do cargo de nível PL “15”, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência; e,
- II- lotar, a funcionária acima citada, no Departamento Administrativo, para prestar serviços na Divisão de Serviços Gerais, a partir de 1.º de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 285/76

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

### RESOLVE:

- I- revogar, a Portaria n.º 186/76, de 20 de abril de 1976, que designou CELSO RIBEIRO, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da “ARENA”; e,
- II- lotar, o funcionário acima citado, no Departamento Legislativo, para prestar serviços da Divisão de Redação dos Debates e Diários da Assembléia, a partir de 1.º de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 31 de maio de 1976.

JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO

Diretor Geral.

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 362/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1087/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

### RESOLVE

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1975 em favor de CELSO ARAÚJO JÚNIOR, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixa de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 21/05/75.

(aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente  
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário  
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário



## DECRETOS:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 716/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

## RESOLVE:

alterar o Orçamento Analítico desta Assembléia Legislativa, tendo em vista o disposto nos Decretos do Poder Executivo, números 960/75 e 1039/75, e alterações da Coordenadoria do Orçamento e Programação de números 346, 347 e 348/75, nos elementos e sub elementos abaixo discriminados, os quais passam a ter os seguintes valores:

3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	61.223.800
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	49.990.000
3.1.1.0	PESSOAL	41.920.000
3.1.1.1	PESSOAL CÍVIL	41.920.000
3.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	27.700.000
01 - Subsídios		2.700.000
02 - Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo		14.221.000
03 - Vencimentos dos cargos de Provimento Em Comissão		350.000
05 - Função Gratificada		1.180.000
07 - Gratificação de representação de gabinete		2.700.000
08 - Gratificação pelo exercício em regime de tempo integral e dedicação exclusiva		100.000
09 - Gratificação adicional por Tempo de Serviço		3.000.000
14 - Gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial, com risco de vida ou saúde		180.000
15 - Auxílio para diferença de caixa		23.000
16 - Substituições		100.000
19 - Gratificação de produtividade		2.340.000
20 - Salário do pessoal temporário		156.000
22 - Outras vantagens		650.000
3.1.1.1.02	DESPESAS VARIÁVEIS	14.220.000
01 - Subsídios variáveis dos Deputados		4.420.000
02 - Gratificação pela prestação de serviços extraordinários		6.890.000
03 - Gratificação pela elaboração ou execução de trabalho técnico ou científico		900.000
05 - Diárias		330.000
06 - Ajuda de custo - Deputados - Funcionários		1.580.000
08 - Outras vantagens do pessoal temporário		70.000
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	1.200.000
02 - Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		273.000
03 - Material de limpeza, conservação e desinfecção		18.000
04 - Combustíveis e lubrificantes		475.000
05 - Materiais utilizados em oficina, acessórios e peças de máquinas, de viaturas, de aparelhos e de instalações		176.000
08 - Gêneros de Alimentação e de dieta em geral		64.000
10 - Matérias primas e materiais para serviços diversos		131.000
11 - Produtos químicos, farmacêuticos e		

odontológicos: artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios	20.000
13 - Vestuários, fardamentos, tecidos em geral, roupa de cama, mesa e banho: material de dormitório, de copa e cozinha, pequenos objetos de toalete e uso pessoal	20.000
17 - Material elétrico e de iluminação, de rádio e eletrônica	23.000

3.1.3.0	SERVIÇOS DE TERCEIROS	5.250.000
02 - Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens		2.850.000
03 - Assinaturas de órgãos oficiais, jornais, revistas, publicações periódicas e recortes		24.500
04 - Iluminação e força motriz		395.000
05 - Serviços de água e esgotos		16.700
06 - Serviços de asseio e higiene		210.500
07 - Reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação de bens móveis e imóveis		216.500
08 - Divulgação de atos oficiais, serviços de impressão e de encadernação.		22.000
10 - Serviços telefônicos, telegráficos, radiográficos, postais e assinaturas de caixas postais		565.300
11 - Aluguel e arrendamento de imóveis, foro e despesas de condomínio		75.500
12 - Seguros em geral		50.000
13 - Serviços de alimentação		77.000
16 - Locações diversas		150.000
17 - Outros serviços contratuais		397.000
21 - Publicações e propaganda		200.000
3.1.4.0	ENCARGOS DIVERSOS	1.420.000
01 - Despesas de pronto pagamento		112.000
02 - Prêmios, diplomas, condecorações e medalhas		9.000
03 - Representações, festividades, recepções, hospedagens e homenagens		1.270.000
22 - Outros encargos		29.000
3.1.5.0	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	200.000
01 - Despesas de exercícios anteriores		200.000
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.233.800
3.2.1.0	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.420.000
3.2.1.5	INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.127.000
01 - Instituições educativas e culturais		133.000
02 - Instituições de assistência social		127.000
03 - Instituições de Saúde Pública		127.000
04 - Instituições diversas		740.000
3.2.1.6	OUTRAS INSTITUIÇÕES	4.293.000
01 - Assistência Social		4.074.000
03 - Serviços funerários		3.000
05 - Bolsas de estudos		216.000
3.2.3.0	TRANSFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.250.000
3.2.3.1	Inativos	3.300.000
3.2.3.2	Pensionistas	1.450.000
3.2.3.3	Salário família	500.000
3.2.5.0	CONTRIBUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	563.800
3.2.5.2	Contribuições do estado ao INPS	43.800
3.2.5.4	Fundo de garantia por tempo de serviço	50.000
3.2.5.5	Outras contribuições	470.000

4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	7.100.000
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	1.219.000
4.1.3.0	EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES	810.000
01 - Máquinas, motores e aparelhos		688.000
04 - Automóveis, autocaminhões e outros veículos de tração mecânica		120.000
07 - Diversos equipamentos e instalações		2.000
4.1.4.0	MATERIAL PERMANENTE	409.000
02 - Material bibliográfico em Geral; filmotecas, discotecas		10.000
03 - Ferramentas e utensílios agrícolas e de oficina		3.000
07 - Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria		10.000
09 - Móveis e utensílios de escritório, biblioteca, ensino, engenharia, laboratório e gabinete técnico ou científico		9.000
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.881.000
4.3.3.0	AUXÍLIOS PARA OBRAS PÚBLICAS	5.881.000
4.3.3.2	Entidades Estaduais — DEOE	5.881.000

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 20 de novembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 719/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10919/75, de 29 de outubro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E:

I — retificar o Decreto Legislativo 376/69, de 18 de junho de 1969, para declarar que o tempo de dez (10) meses compreendido entre 15 de janeiro e 15 de novembro de 1961, em que SERGIO ZACARIAS, matrícula 406, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviço militar obrigatório, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 11 de janeiro de 1965 e igual data de 1970; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da mesma Lei, a partir de 11 de março de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de novembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 722/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10622/75, de 20 de outubro de 1975, deste Poder,

#### R E S O L V E

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, vencido em 13 de outubro de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 25 de novembro de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA

1º Secretário

MAURÍCIO ROSLINDO FRUET

2º Secretário

#### ATA DAS COMISSÕES:

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA ATA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro de um mil novecentos e setenta e cinco, às quinze e trinta horas, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Sr. Deputado Alfredo Gulin, presentes os Srs. Deputados David Federmann, Fuad Nacli, e Lineu M. Turra, havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, passou-se de imediato à ORDEM DO DIA: — PROJETO DE LEI 174/71 — de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a estrada que liga São Pedro do Ivaí a Placa Luar, na forma que especifica, relator o Sr. Deputado Valter Pietrângelo, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 69/75 — de autoria do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, que autoriza o Poder Executivo transferir a responsabilidade da Secretaria dos Transportes do DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga a sede do Município de Inácio Martins com a BR-277, passando por Guará, Município de Guarapuava, o Sr. Presidente avocou o referido projeto dando parecer favorável, o qual foi aprovado. PROJETO DE LEI 84/75 — de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo transferir para o DER, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada de rodagem que partindo da BR-361, passa pela sede do Município de Catanduvas, e pelo distrito de Três Barras, até alcançar o Rio Iguaçu, relator o Sr. Deputado David Federmann, parecer favorável, APROVADO. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Sr. Presi-

presente ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Sr. Presidente, assinada, bem como por mim Secretário . . . . .

aa) ALFREDO GULIN — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às quatorze horas e dez minutos, reuniram-se na Sala das Comissões os Srs. Deputados Egon Pudell, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho e João Cioni Neto, membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, indicados pelas lideranças da ARENA e MDB, para instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente desta Comissão Técnica. De acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Sr. Deputado João Cioni Neto, dando início aos trabalhos, procedida a eleição e verificada a votação, por unanimidade foram reeleitos os Srs. Deputados Egon Pudell e Jayme Rodrigues Carvalho, para a Presidência e Vice-Presidência respectivamente. Usando da palavra falando em seu nome e em nome de seu Vice-Presidente, o Sr. Deputado Egon Pudell agradeceu a confiança depositada pelos seus nobres pares e ressaltou o seu propósito de conduzir este órgão, dentro do regime de trabalho e dignidade. A seguir deixou livre a palavra e como ninguém fizesse uso da mesma o Sr. Presidente estabeleceu que as reuniões ficarão condicionadas à existência de matéria de sua competência, e na oportunidade indicou para funcionar como Secretário da Comissão o funcionário Agildes de Oliveira Martins. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos dos quais para constar, eu lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais . . . . .

aa) EGON PUDELL — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, às quinze horas e vinte minutos, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Deputado Egon Pudell, e contando com as presenças dos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho, Ivo Thomazoni e João Cioni Neto, reuniu-se os membros da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI 117/74 — de autoria do Poder Executivo, — Mensagem 45/74 — encaminhando anteprojeto de lei objetivando doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade, conforme especifica. Relator Dep. João Cioni Neto, parecer favorável, APROVADO. PROJETO DE LEI 43/76 — de autoria do Sr. Dep. João Cioni Neto, autorizando o Poder Executivo a permutar área de terras em Umua-rama, relator: Dep. Domício Scaramella, parecer favorável, APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais . . . . .

aa)

EGON PUDELL — Presidente  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos onze dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se na Sala de Reuniões, com a presença dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira, Alfredo Gulin, Lázaro Dumont, Ernesto Dal'Oglio e Otássio Pereira da Silva, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental o Sr. Dep. Alfredo Gulin. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição. Procedido o sufrágio, verificou-se a unanimidade de votos nos nomes dos Srs. Deputados Luiz Alberto de Oliveira e Otássio Pereira da Silva, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Sr. Dep. Luiz Alberto Oliveira agradeceu aos membros da Comissão, a confiança nele depositada. O Sr. Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas às terças-feiras após a Sessão Plenária, indica a funcionária Marlene Couto de Cristo, para permanecer como Secretária da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária . . . . .

aa) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Presidente

Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e seis, reuniu-se a Comissão de Recursos Humanos, na Sala de Reuniões das Comissões, com a presença dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Nelson Buffara, Benedito Lúcio Machado e Gabriel Manoel. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da sessão anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, onde foi relatado os seguintes projetos: PROJETO DE LEI 30/76 — de autoria do Poder Executivo Mensagem 43/76 — que objetiva fixar a partir de 01/04/76, novos vencimentos mensais aos membros da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, ao Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal. PROJETO DE LEI 07/76, de autoria do Poder Executivo — Mensagem 27/76 — que objetiva dar nova redação ao artigo 87 e seus parágrafos da Lei Complementar 3, de 14/05/74, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado. Relator Dep. Jurandir Messias. Presidente que avocou a ambos os projetos, dando parecer FAVORÁVEL juntamente com os demais membros. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrado os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Elza Carneiro Camargo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, a fim de que produza os efeitos legais .

aa)

JURANDIR MESSIAS  
Presidente

Elza Carneiro Camargo  
Secretária